

## A definição da indefinição que pode matar a economia

Ainda sob o calor dos acontecimentos do último domingo, quando a Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte aprovou um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, junto com a instauração de um regime parlamentarista no início de 1988, os melior empresariais privados procuram avaliar o impacto dessa decisão sobre a economia. Se, como reconheceu o ministro Bresser Perelra, antes dessa definição da indefinição já havia grandes dificuldades para uma gestão racional da economia, agora ela é virtualmente impossível tanto no que diz respeito aos problemas internos quanto ao que se refere às negociações com os credores externos e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O que aconteceu, na prática, foi uma interdição do presidente Sarney que não veio acompanhada de um plano definido para a eleição rápida de um governo que o substitua e restabeleça uma segurança institucional mesmo que relativa no País, o que cria uma situação muito delicada para o Brasil e para as instituições financeiras, que têm pela frente um cronograma apertado. Como se recorda, depois do acordo provisório alcançado com os bancos comerciais privados, o governo vinha trabalhando para obter um acordo de três anos com os credores. Mas certamente não contava com um mandato de quatro anos e com a aprovação do parlamentarismo que reduziu seu horizonte para apenas quatro meses mais de mandato efetivo.

Na verdade, depois do veredicto de domingo passado, o governo Sarney perdeu a capacidade para assumir novos compromissos externos, fato que cria um gargalo para as negociações com o FMI, os bancos privados e os credores do Clube de Paris. O País poderia receber US\$ 2 bilhões do FMI caso aceitasse um programa de ajustamento interno de pelo menos três anos de duração, porém um governo que tem um horizonte de apenas um ano, com quatro meses de poder decisório efetivo, não tem condições de assinar um acordo desse tipo. Por outro lado, sem um entendimento formal com o FMI não será possível chegar a um acordo com os credores oficiais reunidos no Clube de Paris.

Em resumo, se o Brasil não fizer logo um acordo com o FMI todo o acerto externo (com os bancos privados e os bancos oficiais) corre o risco de voltar a entrar em compasso de espera, com todos os inevitáveis prejuízos para nossa economia. A moratória não seria suspensa, os novos empréstimos não seriam feitos e o País continuaria sem receber investimentos estrangeiros.

E se foram as indefinições do tempo em que, ao menos formalmente, ainda havia um governo, que impediram os investimentos internos nos últimos dois anos, agora, com a definição da indefinição, esses motivos são redobrados. A economia privada — a que sustenta o País — continuará sem investir um tostão, com a agravante de que os efeitos da paralisação dos investimentos nestes primeiros dois anos começam a se manifestar mais palpavelmente agora, precipitando a deterioração do quadro social. Além disso, se a paralisação dos investimentos nestes últimos dois anos foi paulatina, com a definição da indefinição ela passaria a ser total, jogando uma verdadeira "pá de cal" sobre a economia brasileira. Temos sobrevivido, ultimamente, pelas exportações, já que o mercado interno está morrendo à míngua. Mas, com a crescente defasagem tecnológica e as incessantes agressões da nossa Constituinte contra a iniciativa privada (ver editorial ao lado), contra o livre comércio e contra os nossos parceiros comerciais (que já vão precipitando uma guerra comercial contra o Brasil), esta última porta começa a fechar-se rapidamente. Além disso, com o fim dos investimentos, de uma ameaça mais ou menos premente, o sucateamento do parque industrial brasileiro passa a ser um fato iminente, com todas as conseqüências previsíveis para a nossa capacidade de concorrência internacional...

Além desse negro cenário para a economia que produz, que já prenuncia fortes quedas na arrecadação de impostos pela economia que não produz (a do Estado), haveria outras conseqüências previsíveis do vazio de poder em Brasília, entre elas a total impossibilidade de se impor algum equilíbrio às contas públicas num ano eleitoral. Ou seja, a perspectiva de eleições em 1988 aumenta o perigo de perda de controle sobre o processo inflacionário, pois todos os candidatos irão queimar (como, aliás, já estão fazendo) enormes somas de recursos públicos para garantir sua eleição. Ao mesmo tempo, a hipótese de aplicação de um choque fiscal como o que já foi anunciado pelo ministro Bresser Pereira ficaria afastada, dado o seu "custo eleitoral". E mesmo que fosse aplicado, nenhum choque fiscal, como já ficou provado no passado recente, seria suficiente para cobrir os enormes rombos abertos nas finanças públicas pelos nossos "probos" políticos em época de eleição.

É precisamente aí que está todo o "nó" do problema criado pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. A pergunta que se deve fazer para compreender toda a situação é qual é a justificativa e o objetivo de uma redução do mandato do presidente Sarney? Como tantos outros brasileiros do País real, nós defendemos, no início, o cumprimento do que estipula a Constituição ainda em vigor, que é um mandato de seis anos. No entanto, na medida em que as omissões de Sarney foram abrindo espaço para as ações de quem não tinha mandato nem legitimidade para agir, a Nação e sua economia foram mergulhando num profundo estado de choque. A opção, então, deixou de ser entre o cumprimento integral da norma constitucional e a conveniência de alguns e passou a ser entre o cumprimento integral da norma constitucional e a sobrevivência econômica da Nação. Adotamos então, com tantos brasileiros do País real, a tese da convocação de eleições gerais o mais rápido possível, visando restabelecer o contato entre o

Mas, sem esperar por isso, os constituintes terão que optar rapidamente entre um parlamentarismo pra valer, com um novo parlamento eleito por eleitores que saibam que estão elegendo o futuro poder Executivo, e com o voto distrital que não falsifique a expressão da vontade da maioria dos brasileiros, ou por um presidencialismo viável, o que também só se dará com a eleição de um novo parlamento que não viva em alito permanente com ele.

Qualquer outra "solução" só atenderá aos interesses particulares dos que cobiçam o poder e agravará o estado de choque em que se encontra a economia brasileira. Pior que isto: equivalerá a uma sentença de morte para ela.

País real e o País oficial, sem o qual a Nação e a economia não poderiam sair do estado de choque em que mergulharam. E insistíamos neste geral não só por uma simples questão de isonomia — tanto Sarney quanto o atual Congresso Constituinte foram eleitos pelas regras da mesma Constituição ainda vigente que estipula um mandato de seis anos para ambos; e, se se reduz o mandato de um, deve-se reduzir igualmente o mandato dos outros —, mas porque tínhamos em vista o objetivo fundamental de tirar a Nação do estado de choque em que mergulhou não só, como dissemos, pelas omissões de Sarney mas, principalmente, pelas ações dos que, ilegitimamente, ocuparam o espaço por elas aberto.

Aproveitando a pressão latente na opinião pública e revelando, mais uma vez, o seu total desinteresse pelas angústias do povo brasileiro e o seu total descompromisso com os seus anseios expressos, no entanto, a Comissão de Sistematização da Constituinte, dançando exclusivamente para a música dos interesses pessoais dos muitos candidatos a substituir Sarney que ela abriga, limitou-se a decretar, sem ter poderes legais para tanto, um verdadeiro impeachment ou interdição do presidente da República, aprovando, ao mesmo tempo, para complicar ainda mais as coisas, a instalação de um regime parlamentarista a vigorar a partir de março do ano que vem. Isto é, extrapolando completamente as atribuições para as quais foi eleita, a Constituinte pretende atribuir a si mesma o poder Executivo, o que caracteriza um verdadeiro golpe de Estado.

Como exigem todos os problemas pendentes que mencionamos acima, este é um "nó" que tem de ser desatado rapidamente, se se quiser salvar alguma coisa no desastre brasileiro. O presidente Sarney poderia contribuir tomando a única atitude digna que lhe resta tomar, renunciando e convocando eleições gerais...